



MEMÓRIA TÉCNICA DA 15ª REUNIÃO DO GT-CRITÉRIOS

SIGLA DA CT/GT:	Grupo de Trabalho de Critérios do CBH-SMT
Reunião:	15ª Reunião Ordinária
Data:	20/08/2024
Local:	Realizada por videoconferência, através da plataforma Google Meet. Link da videoconferência: https://drive.google.com/file/d/1jEObg5GdXJyqMaUmuZr2MqHmVp8jqRF/view
Pauta:	<ol style="list-style-type: none">1. Informes;2. Discussão da Minuta de Deliberação que define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO – compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso dos recursos hídricos – referentes ao valor excedente do orçamento de 2025, e dá outras providências;3. Encerramento.
Assunto (s) em discussão:	<p>1. Informes: Após a abertura da reunião, a coordenadora do GT-Critérios, Sra. Caroline Bacchin, representante do DAEE, informou que a proposta da reunião é discutir sobre a minuta de deliberação que define o cronograma e regras de hierarquização para os projetos FEHIDRO deliberados em 2025, sendo feitos alguns ajustes no calendário, correções e novas propostas. 2. Discussão da Minuta de Deliberação que define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO – compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso dos recursos hídricos – referentes ao valor excedente do orçamento de 2025, e dá outras providências: A Sra. Márcia Serra, ACRTS FACENS, mencionou que um critério importante disposto na deliberação anterior foi a pontuação relacionada à frequência dos prefeitos nas reuniões do CBH-SMT, e questionou se houve alguma repercussão negativa sobre esse critério. A Sra. Natália Zanetti, Diretora Técnica da FABH-SMT, concordou com a importância do novo critério e respondeu que não houve repercussão negativa. Em seguida, a Sra. Caroline Bacchin propôs realizar uma única chamada para inscrição dos projetos FEHIDRO 2025, de forma a proporcionar um período maior para a avaliação dos mesmos. Citou, como argumento, que neste ano haverá eleições, e os novos prefeitos eleitos, juntamente com suas equipes, precisarão de tempo para compreender o funcionamento do CBH-SMT e dos projetos FEHIDRO. Salientou que a proposta é proporcionar um período mais extenso para a inscrição dos projetos e solicitou a opinião dos presentes. O Sr. Maurício Sartori, ASSEA, concordou com a sugestão, mas ressaltou que o prazo deveria ser, no máximo, até o mês de janeiro. A Sra. Natália Zanetti sugeriu que a data fosse estendida, uma vez que, devido às eleições, os novos prefeitos e suas equipes precisarão de tempo para se adequar e entender o processo, o que</p>



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

tornaria o prazo até janeiro muito curto. O Sr. Marcelo Nascimento, da Associação Escola e Cultura em Foco, concordou com a extensão do prazo. O Sr. Waldnir Gomes, representante da Fundação Florestal, também concordou com a fala da Sra. Natália Zanetti. Ressaltou que, em muitos casos, os novos prefeitos não dão continuidade aos projetos propostos pela gestão anterior. Sugeriu que o CBH-SMT mantenha uma proximidade com os municípios que elegerem novos prefeitos, para orientá-los sobre os projetos FEHIDRO. A Sra. Cecília Aranha, representante do DAEE, concordou com as falas anteriores e citou que, com a prorrogação do prazo, o calendário de análise e complementação dos projetos poderia ser melhor distribuído. A Sra. Caroline Bacchin propôs, em conjunto com a Sra. Natália Zanetti, analisar as datas do calendário para redistribuir melhor os prazos e, posteriormente, apresentá-las a todos em uma nova reunião. A Sra. Natália Zanetti concordou com a proposta. A Sra. Nilceia Franchi, CRHI e FABH-SMT, sugeriu acrescentar ao calendário uma oficina para a apresentação do funcionamento dos projetos FEHIDRO. A Sra. Caroline Bacchin mencionou que as oficinas já são realizadas, mas que não estão incluídas no calendário. Ressaltou que, nas últimas oficinas, a adesão foi muito baixa. A Sra. Natália Zanetti sugeriu que, este ano, a oficina fosse realizada em formato virtual, possibilitando a gravação e disponibilização no YouTube, de modo que, caso haja alteração na gestão das prefeituras no próximo ano, elas possam consultar os vídeos e ter acesso às informações. A Sra. Caroline Bacchin iniciou a leitura da minuta de deliberação, destacando alguns pontos importantes. Ela lembrou que o Relatório de Situação e o Plano de Aplicação Plurianual de Investimentos (PAPI) do CBH-SMT serão revisados. A aprovação do Relatório de Situação foi prorrogada para o final de novembro ou início de dezembro devido à falta de informações fornecidas pelos órgãos gestores. Durante a leitura da minuta, a Sr. Caroline Bacchin ressaltou a importância do parágrafo 5º do Art. 1º, que orienta o procedimento a ser adotado em caso de insuficiência de recursos para atender a todos os projetos. Nesse caso, os tomadores devem ser contatados para ajustar seus projetos, reduzindo o valor financiado e aumentando a contrapartida. No entanto, mencionou que este ano essa estratégia não será viável, pois os projetos que ficaram de fora possuem valores muito elevados. Seguindo a leitura, no Art. 2º, Inciso II, Caroline ressaltou que anualmente é apresentado o Plano de Custeio, que detalha os valores arrecadados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos, a entrada de recursos do CFURH, os valores que retornam de projetos cancelados e os gastos da FABH-SMT. Também destacou que o Art. 5º, sobre a vedação de indicação de empreendimento, foi ajustado de acordo com a atualização no MPO (Manual de Procedimentos Operacionais). Além disso, o Art. 6º foi incluído conforme o novo MPO. A Sra. Nilceia Franchi destacou a importância de dar mais atenção aos tomadores que apresentam problemas de inadimplência, sugerindo verificar as causas dessa situação e priorizar aqueles que estão em dia. Caroline Bacchin concordou, porém, apontou que existe um agente técnico responsável por avaliar os projetos, e a Secretaria Executiva do CBH-SMT não tem equipe técnica para avaliar detalhadamente cada projeto e seus tomadores. Assim, não é possível contrariar a avaliação feita pelo agente técnico. Ela ressaltou que os agentes públicos presentes na reunião podem encaminhar sugestões à Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRH), mas explicou que, segundo o

MPO, a responsabilidade pela avaliação de inadimplência cabe ao agente técnico. O Sr. Waldnir Gomes enfatizou que o CBH-SMT precisa ter consciência de sua autonomia e analisar se esse tipo de questão está dentro de sua competência. A Sra. Natália Zanetti concordou que a questão da inadimplência é relevante, mas sugeriu que esse debate ocorra em outro momento, realizando um levantamento de todos os empreendimentos selecionados desde 2022 para entender o impacto dessa situação no CBH-SMT. Caroline Bacchin concluiu o debate afirmando que o assunto será tratado em outra oportunidade e continuou a leitura dos critérios gerais para a hierarquização de empreendimentos e obtenção de recursos FEHIDRO para o exercício de 2025. O Sr. Vinícius Iwamura, da Secretaria do Meio Ambiente de Boituva, e o Sr. Maurício Sartori levantaram a questão sobre a diferença na priorização de empreendimentos conforme o Plano Diretor de Conservação (PDC), apontando que, muitas vezes, projetos de outros PDCs acabam prejudicados por estarem classificados em PDCs de menor prioridade. A Sra. Caroline Bacchin explicou que a priorização dos PDCs segue uma regra do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO), e que, embora essa diferença exista, é necessário seguir o regulamento. O Sr. Vinícius Iwamura também questionou como será a concorrência entre os Sub-PDCs, conforme o §2º do Art. 1º. A Sra. Natália Zanetti esclareceu que a pontuação é baseada em critérios comuns e específicos, e que os Sub-PDCs competem entre si. Se houver restrição de recursos, uma ordem de prioridade será estabelecida por grupos. O Sr. Vinícius Iwamura mencionou que, no caso do projeto de Boituva (Sub-PDC 7), que não foi contemplado, a pontuação só foi possível pelos critérios gerais, enquanto outros Sub-PDCs têm mais chances de pontuar. Ele sugeriu discutir essa questão para tornar a hierarquização mais justa para todos os Sub-PDCs. A Sra. Caroline Bacchin concordou que esse assunto poderia ser discutido quando fosse abordado o item correspondente da minuta. O Sr. Maurício Sartori acrescentou que as exigências variam entre os Sub-PDCs, e alguns projetos podem ser prejudicados por estarem em PDCs de menor prioridade. A Sra. Caroline Bacchin reiterou que a priorização dos PDCs é estabelecida no MPO, mas que o tópico poderia ser melhor debatido nos critérios de pontuação da minuta. A Sra. Nilceia Franchi mencionou que o Plano de Bacia já define a priorização dos PDCs e a porcentagem de recursos destinada a cada um. Ela sugeriu que uma solução seria limitar o número de projetos por tomador. Também destacou que cabe às prefeituras analisarem suas prioridades em seus planos de saneamento. A Sra. Caroline Bacchin seguiu com a leitura da minuta, destacando que o Inciso IV do Art. 3º foi um dos maiores motivos para o indeferimento de projetos de drenagem, pois muitos não estavam previstos nos planos municipais de saneamento básico. O Sr. Waldnir Gomes sugeriu incluir no Inciso IV a obrigatoriedade de que esses planos sejam aprovados por lei municipal. No Inciso V do Art. 3º, a Sra. Caroline Bacchin enfatizou a necessidade de anuência do proprietário do terreno para projetos de restauração, já que problemas de acesso aos terrenos ocorreram em aprovações anteriores. No Inciso VI, referente à apresentação da Declaração de Adimplência para o uso dos recursos hídricos, a Sra. Caroline Bacchin mencionou que ainda havia uma discussão no MPO sobre quem seria o responsável pela verificação da adimplência. Em seguida, ao abordar o Art. 4º, que estabelece que o tomador pode se inscrever com até quatro projetos, foi

discutido qual seria o número ideal de projetos por tomador. A Sra. Natália Zanetti sugeriu limitar a três projetos, já que este ano haveria apenas uma chamada. O Sr. Vinícius Iwamura comentou que acredita que reduzir de quatro para três não faria muita diferença. A Sra. Caroline Bacchin observou que houve um alto número de projetos inscritos este ano, mas também um elevado índice de indeferimentos. A preocupação é que limitar os projetos poderia resultar em recursos sobrando. No final, foi acordado que o limite seria três empreendimentos por tomador. A Sra. Caroline Bacchin também mencionou o Art. 6º, que trata dos critérios comuns de pontuação. No Inciso I - Tipo de financiamento, ela destacou que projetos reembolsáveis recebem cinco pontos, enquanto os não-reembolsáveis recebem zero, como forma de incentivar os reembolsáveis, que geram retorno financeiro para o CBH. O Sr. Waldnir Gomes sugeriu que, na alínea C do Inciso II - Eficiência no uso dos recursos, deveria haver uma distinção entre projetos com contratos assinados há até quatro anos e aqueles com mais de quatro anos sem conclusão. A Sra. Natália Zanetti concordou, ressaltando que existem projetos que estão em atraso há muito tempo. A Sra. Nilceia Franchi sugeriu também uma separação entre projetos estruturais e não-estruturais. A Sra. Caroline Bacchin mencionou que será elaborada uma redação específica para o inciso V, relacionado à participação dos prefeitos em todas as reuniões do Plenário, um critério incluído para incentivar a participação ativa dos gestores municipais, conforme solicitado pelo Presidente anterior do CBH-SMT. No § 1º do Art. 3º, que trata dos critérios para análise dos tomadores, foi destacado que o período de análise proposto (2018-2021) deveria ser alterado para incluir 2022, devido ao grande número de projetos cancelados por mudanças nas regras. A Sra. Natália Zanetti sugeriu que fosse feito um levantamento dos projetos cancelados para verificar o impacto dessa mudança. No Art. 7º, sobre os critérios específicos de pontuação para empreendimentos no GRUPO 1, o Sr. Waldnir Gomes sugeriu que os projetos de alta prioridade no Plano de Bacia do CBH-SMT deveriam receber a pontuação máxima de 10 pontos. A Sra. Natália Zanetti indicou que essa questão seria avaliada e discutida em outra reunião. No Art. 8º, referente aos critérios específicos de pontuação para empreendimentos no GRUPO 2, a Sra. Natália Zanetti sugeriu adicionar um item para atribuir pontuação zero a projetos cujo Termo de Referência não tenha sido financiado com recursos de compensação financeira/royalties ou cobrança pelo uso da água. Essa alteração foi aprovada e incluída para todos os grupos. No Art. 9º, referente aos critérios de pontuação para o GRUPO 3, a Sra. Caroline Bacchin propôs uma maior pontuação para projetos que utilizem modelagem matemática para avaliar o índice de perdas no sistema de abastecimento, citando como exemplo o Programa GISWATER do PCJ. O Sr. Waldnir Gomes mencionou que a SABESP possui um sistema similar, que monitora a captação e distribuição de água, e poderia auxiliar na redação da deliberação. Todos os membros concordaram com a inclusão desse item. A Sra. Natália Zanetti ressaltou a importância da modelagem de perdas, mencionando que, após a instalação dos sistemas na Bacia do PCJ, o índice de perdas aumentou drasticamente, evidenciando a necessidade de enfrentar esse desafio. A Sra. Cecília Aranha informou que está realizando um levantamento das vazões solicitadas pelos municípios, observando um aumento significativo nas demandas. No inciso III - Localização do empreendimento, o Sr. Maurício Sartori questionou se a

pontuação de perdas seria aplicável apenas a projetos voltados para esse tema. A Sra. Caroline Bacchin explicou que, no GRUPO 3, o PDC 5 se refere a projetos de perdas, e que as propostas que apresentarem maior índice de perdas receberão maior pontuação. O Sr. Maurício Sartori comentou que as tipologias de projetos poderiam ser melhor definidas para evitar ambiguidades. A Sra. Natália Zanetti concordou, mencionando que o desafio da priorização é que, inevitavelmente, alguns projetos acabam sendo favorecidos em detrimento de outros. A Sra. Caroline Bacchin fez referência ao plano de bacias do CBH-PCJ, que prioriza projetos de esgotamento sanitário, com uma lista de municípios prioritários. Ela destacou que a deliberação busca direcionar os recursos para os problemas identificados no plano, e que, embora o CBH-SMT indique prioridades, o engajamento dos municípios na elaboração de projetos é essencial. O Sr. Maurício Sartori finalizou, ressaltando que é preocupante quando um município enfrenta problemas de saneamento, mas não busca desenvolver projetos para captar recursos. No Art. 10º, que trata dos critérios específicos de pontuação para empreendimentos no GRUPO 4, Inciso I - Objetivos do empreendimento, a Sra. Caroline Bacchin sugeriu que o tema deveria ser debatido com o GT-Águas Subterrâneas. O Sr. Waldnir Gomes destacou que, com o GT em funcionamento, seria importante considerar aquíferos além do Aquífero Guarani, propondo incluir um estudo das áreas de maior contribuição de recarga. Ele também mencionou a pontuação anterior para restauração florestal em unidades e a relevância de projetos na bacia de Itupararanga e do Tietê. A Sra. Cecília Aranha sugeriu incluir a restauração de áreas de proteção de mananciais para abastecimento público. O Sr. Maurício Sartori alertou sobre o risco de algumas áreas serem priorizadas mais que outras por desconhecimento da realidade local. O Sr. Waldnir Gomes destacou que o conhecimento da bacia é fundamental para definir prioridades adequadas. A Sra. Caroline Bacchin leu o Anexo II - Relação de documentos obrigatórios para inscrição de empreendimentos. O Sr. Waldnir Gomes propôs que, para projetos de educação ambiental, seja necessário que o CBH tenha um Plano de Educação Ambiental correlato ao Plano de Bacia, mencionando que o plano do CBH-SMT ainda estava em elaboração. A Sra. Caroline Bacchin discordou, observando que, até a aprovação da minuta, o plano já poderia estar pronto, uma vez que estava sob avaliação da Secretaria Executiva. A Sra. Caroline Bacchin também informou que o Anexo II foi simplificado, indicando apenas o link para o SINFEHIDRO e removendo o item VI, pois o sistema agora é eletrônico. Retomando o tema da hierarquização dos projetos, o Sr. Vinícius Iwamura questionou a possibilidade de incluir critérios para o Grupo 6. A Sra. Caroline Bacchin inseriu um novo artigo com critérios de pontuação para o Grupo 6, focando em ações estruturais de mitigação dos efeitos da escassez, macrodrenagem e microdrenagem. O Sr. Waldnir Gomes sugeriu a inclusão de um plano de macro e microdrenagem para áreas propensas a inundações, com informações sobre o tempo de monitoramento. Ele destacou que a Defesa Civil tem registros dessas ocorrências, que podem ser utilizados para comprovar a veracidade. A Sra. Caroline Bacchin concluiu que esses pontos seriam analisados e ajustados na minuta para serem debatidos na próxima reunião. A Sra. Natália Zanetti reforçou o convite para a próxima plenária do CBH-SMT, que ocorrerá de forma remota no dia 23/08 às 9h00. **3. Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar, a Sra. Caroline Bacchin



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

	agradeceu a participação dos presentes e encerrou a 15ª reunião do GT-Critérios.
Conclusões e Encaminhamentos:	
Observações:	-
Responsável pela redação:	FABH-SMT

LISTA DE PRESENÇA		
	Nome	Instituição
1	Alessandro Xavier da Silva Junior	FABH-SMT
2	Cecilia de Barros Aranha	DAEE
3	Giovana Rocha de Oliveira	FABH-SMT
4	Marcelo Pereira do Nascimento	Associação Escola e Cultura em Foco
5	Márcia Serra	ACRTS FACENS
6	Maurício Scorsatto Sartori	ASSEA São Roque
7	Natália Zanetti	FABH-SMT
8	Vinícius Cavani Iwamura	Prefeitura de Boituva
9	Waldnir Gomes Moreira	Fundação Florestal